

5. Requisitar, com dedicação exclusiva, Rita de Cassia Maia Baptista, procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão e membro colaboradora da Corregedoria Nacional, para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional, delegando-lhe poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

6. Requisitar, com dedicação exclusiva, Fábio Bastos Stica, procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional, delegando-lhe poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

7. Designar as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Camila Mattos de Pinho, assessora especial da Coordenadoria-Geral da Corregedoria Nacional, Alessandra Meireles Silva, secretária de gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público, e Larissa Lago Barbosa Bezerril, assessora da Coordenadoria de Correições e Inspeções, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

8. Determinar que sejam comunicadas a procuradora-geral de Justiça e a corregedora-geral do Ministério Público do Estado da Bahia, informando-lhes da correição e convidando-as para acompanhar os trabalhos.

9. Determinar que sejam comunicados os procuradores-chefes do Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia, informando-lhes da correição e convidando-os para acompanhar a abertura dos trabalhos.

10. Determinar que seja comunicada a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia, solicitando-lhe que informe a realização da correição aos órgãos jurisdicionais locais, assim como providencie o consequente acesso da equipe de correição da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite nas Varas, se necessário.

11. Determinar que sejam comunicados os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-lhes da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

12. Determinar que seja comunicada a Secretaria-geral do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-lhe da correição e convidando o secretário-geral do CNMP para acompanhar os trabalhos.

13. Determinar que sejam expedidas Portarias individuais, com indicação das datas de participação, para cada membro e servidor designado para a correição.

14. Determinar a atuação desta Portaria e respectiva cópia como Procedimento de Correição Extraordinária no Ministério Público do Estado da Bahia, providenciando sua publicação no Diário Oficial da União e no portal do Conselho Nacional do Ministério Público.

OSWALDO D'ALBUQUERQUE

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA PGR/MPF Nº 186, DE 8 DE ABRIL DE 2022**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.014777/2020-58 e a Informação PGR-00114075/2022, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 647, de 11/10/2002, publicada no Diário Oficial da União de 14/10/2002, no que se refere à concessão da vantagem disposta no Art. 3º, da Lei nº 8.911/94, ao Procurador Regional da República aposentado FLORISMUNDO VIEIRA DE ANDRADE, matrícula nº 260, da Carreira de Membro do Ministério Público Federal, em atendimento ao Acórdão nº 3138/2020-TCU-Primeira Câmara, com efeitos financeiros a contar de 2/4/2020, data da ciência deste órgão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 201, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.014766/2020-78 e a Informação PGR-00124600/2022, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, a contar de 2 de abril de 2020, a Portaria PGR/MPF nº 959, de 12/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 15/12/2014, que concedeu aposentadoria voluntária à ELIZABETH KABLUKOW BONARA PEINADO, Procuradora Regional da República, matrícula nº 188, da Carreira de Membro do Ministério Público Federal, em atendimento ao determinado pelo Acórdão nº 3138/2020-TCU-Primeira Câmara, sessão de 17/03/2020.

Art. 2º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, a contar de 2 de abril de 2020, a ELIZABETH KABLUKOW BONARA PEINADO, Procuradora Regional da República, matrícula nº 188, da Carreira de Membro do Ministério Público Federal, com fundamento no artigo 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o artigo 93, inciso VI, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, e artigo 129, §4º, ambos da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 228, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 32 da Portaria PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, tendo em vista o que consta do Ofício PRE nº 555/2022, de 4 de abril de 2022, da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de São Paulo, e por necessidade de serviço, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Procurador Regional da República JOAO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO da designação efetivada pela Portaria PGR/MPF nº 143, de 9 de março de 2022, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 52, de 11 de março de 2022.

Art. 2º Designar a Procuradora Regional da República MARIA CRISTIANA SIMOES AMORIM ZIOUVA para, sem prejuízo de suas atribuições, oficiar, conjuntamente e sob a coordenação da Procuradora Regional Eleitoral, perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, como Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar, até 19 de dezembro de 2022.

Art. 3º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 232, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Designar o Subprocurador-Geral da República CARLOS FREDERICO SANTOS para exercer a função de Coordenador da Assessoria Jurídica Criminal no STJ do Gabinete do Procurador-Geral da República.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 236, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XV, alínea "d", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido na Decisão Assessoria/PGR nº 67/2022, de 8 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República CARLOS AUGUSTO GUARILHA DE AQUINO FILHO para atuar, excepcionalmente, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no Agravo de Instrumento nº 1007518-12.2021.8.11.0000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 237, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto na Resolução nº 146, de 5 de agosto de 2013, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.004937/2021-31, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF nº 172, de 7 de abril de 2021, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 46, de 9 de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Designar, pelo prazo de 2 (dois) anos, para comporem o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no Estado do Rio de Janeiro - GAECO/RJ:

....." (NR)

"Art. 2º Fica suspensa, a pedido, a designação para os cargos comuns do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro titularizados pelos Procuradores da República FABIANA KEYLLA SCHNEIDER, MARISA VAROTTO FERRARI, PAULO SERGIO FERREIRA FILHO e STANLEY VALERIANO DA SILVA." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ESCOLA SUPERIOR**PORTARIA Nº 50, DE 6 DE ABRIL DE 2022**

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 7º, inciso XXX, do Estatuto da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 95, de 20 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Nomear a servidora ANGÉLICA DE OLIVEIRA DIAS, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 23330-7, na Função Comissionada de Assistente Nível I, FC-1, do Núcleo de Infraestrutura Presencial, da Escola Superior do Ministério Público da União.

Art. 2º Nomear a servidora LEILA REZENDE MATOS DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 17482-3 na Função Comissionada de Assistente Nível I, FC-1, do Núcleo de Execução Logístico-operacional, da Escola Superior do Ministério Público da União.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MARTINS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL****PORTARIA Nº 433, DE 8 DE ABRIL DE 2022**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191053798/2022-18, resolve:

Art. 1º Nomear a servidora TATIANA MARIA RABELO DE MESQUITA MOREIRA, matrícula 3366-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52001075), exonerando-a, em consequência, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Nomeação e Controle de Cargos e Funções da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050041).

Art. 2º Nomear a servidora GISELLE QUEIRÓS DIAS, matrícula 4296-0, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Nomeação e Controle de Cargos e Funções da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050041), dispensando-a, em consequência, da substituição do referido cargo em comissão.

Art. 3º Dispensar a servidora GISELLE QUEIRÓS DIAS, matrícula 4296-0, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Chefe do Serviço de Controle de Remoções e Desligamentos da Secretaria de Gestão de Pessoas, código FC-02 (62050096).

Art. 4º Designar o servidor RICARDO VIDAL PRIETO, matrícula 5197-7, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Controle de Remoções e Desligamentos da Secretaria de Gestão de Pessoas, código FC-02 (62050096), dispensando-o, em consequência, da substituição da referida função de confiança.

Art. 5º Designar a servidora TATIANA MARIA RABELO DE MESQUITA MOREIRA, matrícula 3366-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe da Seção de Nomeação e Controle de Cargos e Funções da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050041), dispensando-a, em consequência, da substituição do cargo em comissão de Subsecretário de Cadastro de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-02 (62050018).

RENATO LUQUEIZ SALLES

PORTARIA Nº 434, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.051571/2022-38, resolve:

Art. 1º Nomear o servidor JOÃO BRAZ SARAIVA MATOS BARROS, matrícula 4762-7, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras, código CC-02 (96001019), exonerando-o, em consequência, do cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 2ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras, código CC-02 (96001018).

Art. 2º Apostilar a nomeação de ALLAN HENRIQUE LEITE LIMA DOS SANTOS, matrícula 5585-9, sem Vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52000024), realizada originalmente por meio da Portaria/SG nº 406, de 15/04/2019, DOU nº 73, de 16/04/2019, tabularium 08191.031886/2019-63, para a nomeação do cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 2ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras, código CC-02 (96001018).

Art. 3º Tornar sem efeito o artigo 1º da Portaria/SG nº 428, de 07/04/2022, publicada no DOU nº 68, de 08/04/2022, Seção 2, página 58.

RENATO LUQUEIZ SALLES



PORTARIA Nº 435, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191053433/2022-93, resolve:

Designar a servidora ADRIANA CHAGAS RIBEIRO, matrícula 4889- 5, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Auxiliar de Gabinete de Promotoria da 3ª Promotoria de Justiça de Execuções das Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-01 (64001135), dispensando, em consequência, a servidora LARA E SILVA TORRES SCHMIDT, matrícula 4791-1.

RENATO LUQUEIZ SALLES

PORTARIA Nº 436, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, em razão da alteração de estrutura dada por meio da Portaria Normativa/PGJ nº 813, de 04/4/2022, válida a contar de 11/4/2022, e considerando o teor do Tabularium nº 08191050286/2022-08, resolve:

Art. 1º Apostilar, a contar de 11/04/2022, a nomeação de TALITA OLIVEIRA MEDEIROS, matrícula 4866-6, sem vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação, código CC-02 (50004029), realizada originalmente por meio da Portaria/SG nº 1242, de 05/08/2015, DOU nº 151, de 10/08/2015, para o cargo em comissão de Assessor Chefe da Assessoria de Vídeo e Transmissões da Secretaria de Comunicação, código CC-02 (50004037).

Art. 2º Apostilar, a contar de 11/04/2022, a designação da servidora DANIELLE ALVARENGA VIEIRA ROCHA QUEIROZ, matrícula 5754-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da substituição do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação, código CC-02 (50004029), para a substituição do cargo em comissão de Assessor Chefe da Assessoria de Vídeo e Transmissões da Secretaria de Comunicação, código CC-02 (50004037).

Art. 3º Apostilar, a contar de 11/04/2022, a nomeação da servidora DANIELLE ALVARENGA VIEIRA ROCHA QUEIROZ, matrícula 5754-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Rádio da Secretaria de Comunicação, código CC-01 (50004030), para o cargo em comissão de Chefe da Seção de Redes Sociais da Secretaria de Comunicação, código CC-01 (50004038).

Art. 4º Apostilar, a contar de 11/04/2022, a designação da servidora FLAVIA GOMES GONCALVES, matrícula 5425-9, Analista Legislativo Especialidade Comunicação Social do quadro do Senado Federal, da função de confiança de Chefe do Serviço de Vídeo da Secretaria de Comunicação, código FC-02 (50004026), realizada originalmente por meio da Portaria/SG nº 19, de 09/01/2018, DOU nº 07, de 10/01/2018 tabularium 08191121797/2017-46, para o cargo em comissão de Chefe de Serviço do Serviço de Criação Digital da Secretaria de Comunicação, código FC-02 (50004039).

RENATO LUQUEIZ SALLES

PORTARIAS DE 11 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, resolve:

Nº 438 - Nomear ANDREIA CASAGRANDE PORTO, matrícula 5862-9, sem vínculo com a Administração Pública, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Apoio Técnico da Coordenadoria Executiva de Psicossocial, código CC-01 (53002138) (Tabularium nº 08191036282/2022-17).

Nº 440 - Designar a servidora MONICA DA SILVA PIRES DE OLIVEIRA, matrícula 4868-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe da Seção de Rádio da Secretaria de Comunicação, código CC-01 (50004030), dispensando, em consequência, a servidora FLAVIA GOMES GONCALVES, matrícula 5425-9 (Tabularium nº 08191043949/2022-20).

RENATO LUQUEIZ SALLES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SG/MPF Nº 259, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 06 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no PGEA 1.00.000.007817/2022-77, resolve:

1. Exonerar, a pedido, a partir de 12 de abril de 2022, RAFAELA RIBEIRO MITRE, matrícula nº 28725, do cargo em comissão de Assessora Nível II, CC-2, do Gabinete da Procuradora da República Nicole Campos Costa, na Procuradoria da República no Estado do Pará.

2. Nomear MATHEUS VIDONHO DIAS FERREIRA, Bacharel em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete da Procuradora da República Nicole Campos Costa, na Procuradoria da República no Estado do Pará.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA SG/MPF Nº 260, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 06 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00139632/2022, resolve:

1. Exonerar PRISCILLA AGATHA DE FRANCA VIANA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27235, do cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível V, CC-5, de Gabinete de Subprocurador-Geral da República.

2. Exonerar VIRGINIA PAULA DE SIQUEIRA CAVALCANTI FERAZ, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 6565, do cargo em comissão de Assessora Nível V, CC-5, de Gabinete de Subprocurador-Geral da República.

3. Nomear VIRGINIA PAULA DE SIQUEIRA CAVALCANTI FERAZ, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 6565, para exercer o cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível V, CC-5, de Gabinete de Subprocurador-Geral da República.

4. Nomear PRISCILLA AGATHA DE FRANCA VIANA, Bacharela em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27235, para exercer o cargo em comissão de Assessora Nível V, CC-5, de Gabinete de Subprocurador-Geral da República.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SGP Nº 237, DE 7 DE ABRIL DE 2022

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, inciso I, alínea d, da Portaria nº 994, de 24 de agosto de 2020, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.18.000.000628/2022-39, resolve:

Declarar vago, a partir de 20 de março de 2022, o cargo de Técnico do MPU/Administração, classe B, padrão 8, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora ANA PAULA FARIA MENDONÇA, matrícula nº 26076, em virtude de falecimento de seu ocupante, nos termos do art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PORTARIA SGP/MPF Nº 240, DE 7 DE ABRIL DE 2022

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "n", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00115575/2022, resolve:

Dispensar, a partir de 7 de abril de 2022, DANIELLE ALBUQUERQUE SILVA RECHIA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 24812, do encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PORTARIA SGP/MPF Nº 244, DE 11 DE ABRIL DE 2022

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "p", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto nos artigos 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00102652/2022, resolve:

1. Dispensar LUCIANA COSTA ALVES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 31294, da função de confiança de Secretária Nível I, FC-1, da Coordenadoria de Projetos Institucionais, da Secretaria de Gestão Estratégica do Ministério Público Federal.

2. Designar LUCIANA COSTA ALVES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 31294, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Assessoria de Exame Técnico da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral da Procuradoria Geral da República, em vaga decorrente da dispensa de Gilson Bergmann Hoff, matrícula nº 25779, ocorrida em 27 de março de 2022, publicada no DOU de 28 de março de 2022.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 62/PGJM, DE 8 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, e na Resolução 56/CSMPM, de 6 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Designar o Doutor ROBERTO COUTINHO, Subprocurador-Geral de Justiça Militar, para participar da Sessão de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 12 de abril de 2022, às 13h30, na modalidade de videoconferência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 490, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da competência delegada pelo item "a" do art. 1º da Portaria PGR nº 308/1996, considerando o disposto na Resolução CSMPM nº 165/2019, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 261ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de março de 2022, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0907.0000023/2022-51, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país e das funções institucionais, com ônus limitado, no período de 27 de abril a 8 de maio de 2022, incluído o trânsito, do Procurador do Trabalho Lincoln Roberto Nobrega Cordeiro, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Guarapuava, para participar do Curso "Direito, Trabalho e Desigualdades", em Coimbra - Portugal.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

PORTARIA Nº 491, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da competência delegada pelo item "a" do art. 1º da Portaria PGR nº 308/1996, considerando o disposto na Resolução CSMPM nº 165/2019, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 261ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de março de 2022, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0001.0002498/2022-69, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país e das funções institucionais, com ônus limitado, no período de 27 de abril a 8 de maio de 2022, incluído o trânsito, do Procurador do Trabalho Filipe de Paiva Medina, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Vitória da Conquista, para participar do curso "Direito, Trabalho e Desigualdades", em Coimbra - Portugal.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

PORTARIA Nº 492, DE 11 DE ABRIL DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas nos incisos XII e XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da competência delegada pelo item "a" do art. 1º da Portaria PGR nº 308/1996, considerando o disposto na Resolução CSMPM nº 165/2019, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 261ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de março de 2022, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0202.0000030/2022-58, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país e das funções institucionais, com ônus limitado, no período de 27 de abril a 8 de maio de 2022, incluído o trânsito, da Procuradora do Trabalho Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri/SP, para participar do curso "Direito, Trabalho e Desigualdades", em Coimbra - Portugal.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

